

Por João Marcelo Carvalho (\*)



No último dia 25 de julho, a Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil - RFB fez publicar no Diário Oficial da União a [Solução de Consulta nº 354 - Cosit](#), na qual a autarquia posiciona-se pela indedutibilidade das contribuições extraordinárias feitas a entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, sendo essas contribuições entendidas como aquelas que se destinam ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

No atual cenário, em que muitos dos principais fundos de pensão - denominação coloquial dada às EFPC - passam por processos de equacionamento de déficits, o entendimento da Receita Federal traz impacto a centenas de milhares de participantes e assistidos que fazem contribuições extraordinárias para pagamento de déficits.

O argumento utilizado pela Coordenação-Geral de Tributação sustenta-se na interpretação de que as contribuições dedutíveis são apenas as normais, posto que o art. 4º da Lei nº 9.250/1995 assim dispõe:

*“Art. 4º. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda poderão ser deduzidas:*

*(...)*

*V - As contribuições para as entidades fechadas de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.”*

Assim, interpreta a RFB que por “*contribuições destinadas a custear benefícios*” entenda-se “*contribuições normais*”, em vista do que assevera o art. 19 da Lei Complementar nº 109/2001, que define que as contribuições para EFPC classificam-se em:

*“I - normais, aquelas destinadas ao custeio dos benefícios previstos no respectivo plano; e  
II - extraordinárias, aquelas destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal”*

Muito embora numa interpretação gramatical se possa tender a corroborar o entendimento exarado pela Receita Federal, se faz necessária uma análise mais aprofundada da questão, à luz de princípios legais e, também, atuariais, em razão da tecnicidade da matéria.

### **Princípio da legalidade em matéria tributária**

Este princípio, que foi invocado pela RFB em seu parecer constante da Solução de Consulta nº 354/2017, em verdade é um argumento que pesa contrariamente à tese levantada pela autarquia. Isso porque, em momento algum, a legislação tributária dispõe, de maneira expressa, que as contribuições dedutíveis são apenas as normais. Como mencionado anteriormente, essa visão decorre de uma ilação feita pela Receita Federal, interpretando-se a Lei nº 9.250 à luz das definições trazidas pela Lei Complementar nº 109.

Porém, se correlacionarmos dispositivos do mesmo diploma legal, veremos que a ilação antes citada não é sustentável, uma vez que a intenção do legislador, claramente, foi de aplicar a dedutibilidade a todas as contribuições, como se vê ao analisar o art. 69 da Lei Complementar nº 109, norma essa que, como já se evidenciou, classifica as contribuições entre normais e extraordinárias:

*“Art. 69. As contribuições vertidas para as entidades de previdência complementar, destinadas ao custeio de planos de benefícios de natureza previdenciária, são dedutíveis para fins de incidência de imposto sobre a renda, nos limites e nas condições fixadas em lei.”*

Quisesse o legislador ter restringido a dedutibilidade às “contribuições normais”, é certo que teria o feito utilizando a expressão já definida no próprio texto da lei. Como não o fez, deve-se adotar a acepção lato de “contribuições destinadas ao custeio de planos de benefícios”, que não se confunde com “contribuições normais”, como se demonstrará adiante.

Antes disso, vale mencionar que os “limites e condições fixadas em lei” constantes ao final do art. 69 da Lei Complementar nº 109 foram determinados em 2004, pela Lei nº 10.887, que alterou o art. 11 da Lei nº 9.532/1997, como se vê:

*“Art. 11. As deduções relativas às contribuições para entidades de previdência privada, a que se refere a alínea e do inciso II do art. 8o da Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e às contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi, a que se refere a Lei no 9.477, de 24 de julho de 1997, cujo ônus seja da própria pessoa física, ficam condicionadas ao recolhimento, também, de contribuições para o regime geral de previdência social ou, quando for o caso, para regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observada a contribuição mínima, e limitadas a 12% (doze por cento) do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos.” (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)*

Portanto, no referido dispositivo, não é citada a expressão “contribuição normal”, mas sim “contribuições para entidades de previdência privada”, novamente em sentido lato, de modo que os limites e condições necessárias para a dedutibilidade são:

- i) o ônus da contribuição ser da pessoa física;*
- ii) haja o recolhimento, também, de contribuições ao regime geral de previdência social ou para o regime próprio de previdência social;*
- iii) aplicabilidade do limite de dedução de 12% do rendimento bruto.*

Estando as contribuições extraordinárias para pagamento de déficit aderentes aos três requisitos elencados, estas devem ser objeto de dedução, em estrita observância ao princípio da legalidade em matéria tributária.

### **“Contribuições normais” versus “contribuições destinadas a custear benefícios”**

Para o entendimento do assunto em tela, é importante que se tenha o conceito, a partir de princípios atuariais e legais, de *“contribuição normal”*. Neste sentido, a Lei Complementar nº 109 foi infeliz na definição dos tipos de contribuições, ao dizer que as contribuições normais são *“aquelas destinadas ao custeio dos benefícios previstos no respectivo plano”* e as extraordinárias são *“aquelas destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal”*.

Numa visão crítica dessas definições, o questionamento que se faz é: as contribuições destinadas ao custeio de déficits não seriam, também, destinadas ao custeio dos benefícios do plano? De forma inequívoca, a resposta é: sim!

Fato é que o rol exemplificativo constante da definição de contribuições extraordinárias contém uma impropriedade técnica. Afinal, o déficit é decorrente do fato de o valor dos benefícios futuros prometidos pelo plano (trazidos a valor presente) serem superiores ao valor das contribuições futuras que o plano espera receber (trazidas a valor presente), estas acrescidas do seu patrimônio atual. Logo, ao se verter contribuições para a amortização de um déficit, está a se realizar contribuições para o pagamento dos benefícios do plano, os quais, sem tais contribuições, não poderiam ser pagos em sua integralidade. Trata-se de um simples conceito atuarial.

### **Conclusão**

Analisando-se o assunto em questão tanto pelo ponto de vista legal quanto pelo ponto de vista atuarial, tem-se que a solução dada à consulta acerca da dedutibilidade das contribuições extraordinárias de déficits possui impropriedades e poderá acarretar tributação adicional aos participantes e assistidos de fundos de pensão em situação de déficit.

A invocação do princípio da legalidade em matéria tributária, como feito pela Receita Federal do Brasil, mostrou-se inapropriada, uma vez que o conjunto de leis que rege a matéria não dá guarida à exclusão das contribuições extraordinárias para pagamento de déficit do rol de contribuições feitas a entidades de previdência complementar que são dedutíveis.

Sob o ponto de vista atuarial, a necessidade de contribuições extraordinárias para pagamento de um déficit decorre do fato de terem sido vertidas contribuições normais insuficientes. Logo, esses tipos de contribuições são complementares, não havendo como dissociá-las quanto à sua dedutibilidade. Deveriam, portanto, tais contribuições serem somadas para fins de cálculo do montante dedutível do imposto de renda de pessoa física, limitando-se, sempre, ao patamar de 12% da renda bruta.

(\*) **João Marcelo Carvalho** é advogado, graduado pelo Centro Universitário de Brasília, atuário, pela Universidade Federal do Ceará, e possui MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. É Diretor do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

(31.07.2017)